

Malo de 1987

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Sexta-feira 15 1971

A perspectiva de uma seca os assanha e é preocupado com o quadro que se apresenta diante de nós, nesta hora, que queremos alertar as autoridades deste país para que não tenhamos que lamentar nova investida das aves de rapina que infestam no campo seco do Nordeste.

O alerta que fazemos, nesta hora, Sr. Presidente, decorre do que está acontecendo na região e, principalmente, no sertão pernambucano, onde a chamada "seca verde" representa uma grave ameaça à população de toda a área.

Com a chegada das chuvas, o sertanejo plantou, jogou na terra suas sementes e suas esperanças. Como sempre. E quase como sempre, as chuvas falharam. Falharam exatamente no momento em que as sementes brotavam e mais precisavam de água. A velha história é repetida em 1987.

Assim como está acontecendo na região do Irecê, na Bahia, o sertão pernambucano enfrenta a falta de chuva com as culturas já fundadas e em período de crescimento. As perspectivas são por demais sombrias, ficando o nosso homem do campo à mercê do seu próprio destino.

A última grande seca enfrentada pelo Nordeste, fez despertar na consciência nacional o sentimento de que o problema não pode mais ser enfrentado com paliativos. É o imperativo da questão que se adote uma política eficaz de caráter social, econômico e ecológico, analisando-se a seca não apenas como um problema climático, mas, sobretudo, como um agudo caso social.

A última grande seca mostrou que as medidas adotadas não surtiram os efeitos desejados, tendo em vista que a nação governamental esteve voltada para o clientelismo e para o fortalecimento da "indústria da seca."

Desvirtuada em sua finalidade, a política de abertura de "frentes de trabalho" do programa de emergência estabelecido pelo Governo Federal, revestiu-se de mais uma ação paliativa que criou, inclusive, condições de reforço à dependência do homem flagelado ao chefe político ou coronel de botas e esporas que ainda viva nos campos e cidades do interior do Nordeste.

Da lição da seca passada ficou o exemplo de que os problemas crônicos só podem ser solucionados com a urgente adoção de medidas práticas e definitivas, porque medidas isoladas, paliativas, nunca irão solucionar o problema dos flagelados que já não aceitam a pecha de esmoler, flagelado, etc., pois ninguém no sertão nasceu para isso. A marginalização que foi imposta ao homem no Nordeste, contribuiu violentamente para a sua degradação social, econômica e cultural.

Não podemos mais aceitar a solidariedade que não seja aquela que se traduz na solução do problema nordestino. Por isso queremos fazer das crises o instrumento do ensinamento que conduza ao equacionamento da questão.

Hoje, a nova seca que se esboça no nordeste vem revestida de um problema mais sério, a grande crise econômica que afeta a toda a sociedade. É o que se pode dizer na forma bem nordestina de ver as coisas: em clima de queda, coice. Tudo isto pode ser o estopim de uma grande convulsão social, da qual não estamos livres. Medidas urgentes devem ser tomadas no sentido da abertura de frentes de trabalho, de verdade. Não aquelas que tinham o caráter perverso de viciar o homem e engordar os corruptos que infestavam a Velha República.

Queremos a abertura de frentes no setor de irrigação com a implantação dos projetos do Proirre. Exigimos a construção da ferrovia transnordestina, já autorizada pelo Governo Federal, a utilização de recursos do FND, do Finsocial e das Fontes da Sudene, aplicados em obras definitivas. A irrigação dos perímetros dos grandes açúdes, espera pelos recursos e pela ação do DINOCS, da Sudene, da Codevasf, etc., o que estamos esperando? Mandamos ou não mandamos neste País? A Nova República não pode ficar queda e muda na hora em que o Nordeste quer deixar de ser um problema na busca de soluções definitivas.

Vivemos em plena democracia e os vícios do passado devem ser enterrados com todos os males causados ao povo. A força da democracia remove a corrupção e as fraudes, como ocorreu agora no caso da concorrência da Ferrovia Norte-Sul. Claro que no momento em que foram abertas as frentes de trabalho que são indispensáveis nesta hora, o Nordeste, pelas suas vozes mais representativas, estará alerta para qualquer tipo de desvirtuamento e aqui levantaremos nossa voz para denunciar os desmanhos ou abusos que porventura ocorram.

Nossa preocupação, Sras. e Srs. Constituintes, é de que nas frentes de trabalho os recursos públicos e, até, privados sejam investidos com seriedade e objetividade através dos Governos Estaduais, Federal e Municipais, fiscalizados pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, igreja e comunidades envolvidas.

Agradecemos, pois que o Ministério do Interior, tome as medidas necessárias para evitarmos o pior no Nordeste.

Era o que tínhamos a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GONZAGA PATRIOTA EM SEU DISCURSO:

INDICAÇÃO

Indicamos à Mesa, nos termos do Regimento desta Casa Legislativa, seja enviado apelo aos Exm^{as} Senhores, Presidente da República, Ministro do Interior, Superintendente da SUDENE, Governador do Estado de Pernambuco; ministros dos Transportes e da Irrigação, objetivando a abertura de frentes de emergência, em execução de obras públicas, para atender aos flagelados da seca do Nordeste, em particular no sertão de Pernambuco.

Da decisão dê-se ciência à CONTAG e FETAPE.

Sala das sessões, 14 de maio de 1987. — Deputado **Gonzaga Patriota**, Vice-Líder do PMDB na Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO, Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quando a Missão Cruls escolheu, depois da fundação da República, o quadrilátero em que se situaria a Nova Capital, não o fez sem o exame acurado de todas as condições ecológicas, acreditando que a região goiana circunvizinha teria condições para alimentar um centro urbano com uma área de quatorze mil quilômetros quadrados.

Reduzido esse espaço para pouco mais de quatro mil, a população cresceu a ponto de atingir, em vinte anos, um e meio milhão de pessoas, não tivemos, em quase trinta anos, crise de abastecimento mais grave do que as ocorridas no Rio de Janeiro e São Paulo, graças, principalmente ao fornecimento recebido do Estado de Goiás.

Os lavradores goianos colhem feijão, arroz, tomate, milho, soja e mandioca quanto bastem o abastecimento do Distrito Federal, exportando, ainda, para outros Estados, bois, cavalos, ovelhas, porcos, aves e até mesmo alevinos, para incrementar a piscicultura.

Quando a fome ameaça todo o mundo, Goiás se auto-abastecer de todos os gêneros alimentícios, com safras crescentes, embora nem sempre o crédito seja fácil e o preço compensador.

Há, no Estado, todas as condições para transformar-se no grande celeiro do País, com excedentes exportáveis que melhorem o desempenho da nossa balança mercantil. Se todo o solo goiano passar a produzir inteiramente expandidas as suas fronteiras agrícolas, o Brasil torna-se-á o segundo maior produtor de alimentos, superado apenas pelos Estados Unidos, de maior extensão territorial e já aproveitada toda a sua zona semi-árida, com a água do Mississipi.

Esse desenvolvimento será intensificado, desde que a reforma tributária contemple os municípios com uma boa parte dos impostos que se arrecadam em seu território. O ideal seria a exatária única, sediada no Município (aproveitados todos os atuais servidores das Coletorias estaduais e federais, numa repartição única) distribuídos os percentuais com as demais unidades da Federação, quarenta por cento para a União, trinta e cinco para os Estados e vinte e cinco por cento para os municípios, que não dependeriam mais de fundos especiais sempre irregularmente distribuídos.

O desenvolvimento do Estado de Goiás será intensificado se os Constituintes aceitarem a criação do Estado do Tocantins, uma das regiões de mais ricas potencialidades do País, seja pela rede hidrográfica, pelo clima, pela altitude média, pelas precipitações pluviométricas e pelas condições pedagógicas.

Todo o Estado de Goiás deseja essa criação, para que se faça justiça ao desempenho dos irmãos nortenses e haja maior racionalidade na divisão de espaço político e administrativo do Centro-Oeste.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sotero Cunha.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC — RJ, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A gravidade da conjuntura econômica impõe à Nação uma atitude firme e coesa, capaz de reverter o caótico quadro inflacionário em que vivemos.

O eminente Professor Otávio Gouvêa de Bulhões, através dos meios de comunicação, tem alertado que o cerne de todos os nossos problemas econômicos, nos últimos 15 anos, está na inflação elevada e descontrolada.

Basta que observemos as taxas de inflação dos últimos cinco anos para que isso se torne eviden-